

**Jornal da Tarde**

**4/6/1984**

## **A HISTÓRIA DO BÓIA-FRIA**

**(De como o boi ocupou o lugar do homem)**

*O ministro do Trabalho poderia até estar muito bem-intencionado. (Falamos do ministro Franco Montoro, no longínquo 1963.) Mas o ministro resolveu dar ao homem do campo uma legislação trabalhista típica da cidade. A maioria dos proprietários rurais foi obrigada a despedir seus colonos, com quem dividia a terra. E os colonos, desempregados, viraram bóias-frias. O ministro não sabia, talvez, que as leis do campo nada têm a ver com as leis da fábrica urbana. Não sabia que o camponês retirava a maior parte dos seus ganhos de estruturas subterrâneas, informais ou clandestinas. E que a sua fixação na terra é indispensável à sobrevivência. Um exemplo disso é o Cinturão Verde, nos arredores de São Paulo. Se não trabalharem "ilegalmente", os colonos são obrigados a abandonar a sua terra.*

Fernando Portela

Era uma vez um rico Estado brasileiro, de grande produção agrária. A industrialização dos anos 50 e começo dos 60 não conseguiu retirar a gente do campo. O campo vivia assim: o proprietário da terra, e a grande maioria era de pequenos proprietários, contratava um lavrador e lhe oferecia casa, comida e um pedaço da terra para ele plantar para si mesmo. Os campos produziam e todos ganhavam. Aí, em 1963, um ministro do Trabalho chamado Franco Montoro inventou o Estatuto do Trabalhador Rural. Aconteceu o seguinte: o proprietário da terra era obrigado a pagar as obrigações trabalhistas da industrialização ao seu meeiro. CLT, Inamps, outras vantagens. Aí uma grande parte dos proprietários, sobretudo os pequenos, não tiveram condição de manter o seu antigo trabalhador. O agricultor deixou os campos, inchou a cidade de São Paulo e os que ficaram se transformaram nos lamentáveis bóias-frias. As antigas casas de meeiros estão vazias, enormes extensões de terra cultivada hoje são pastos. Tudo porque o ministro, certamente com ótimas intenções, tentou transformar o lavrador informal num operário formal. E agora?

Bois, no lugar de homens.

Essa historinha é repetida, constantemente, por empresários rurais, ou empresários urbanos com interesses paralelos no campo. Ela também é muito conhecida de pequenos proprietários de classe média, ou ex-colonos que conseguiram comprar terras e progredirem. A história só não é repetida por bóias-frias, mas isso por absoluta falta de informação. Para constatar a veracidade da história não basta sobrevoar o Estado num aviãozinho e observar, lá embaixo, uma paisagem estranha, algo que você não esperava — a grande extensão de pastos.

Vazias de homens e culturas (pulverizadas, ambos pelo Estatuto do Trabalhador Rural, segundo os repetidores daquela história), as terras foram cedidas à monocultura do boi. Hoje esses imensos pastos sofrem, ainda por cima, de grandes problemas de erosão.

O Estatuto do Trabalhador, dizem os empresários rurais, de todos os níveis, coincidiu com o enfoque para a industrialização do País, esquecendo-se da harmonia entre política de industrialização e política de agricultura — e aí veio a erradicação de culturas sobretudo no oeste do Estado de São Paulo. Presidente Prudente, por exemplo, é uma região algodoeira. Com o retrocesso que aconteceu a partir de 1963, em termos de política agrícola, as culturas cederam lugar às pastagens. O êxodo rural aconteceu exatamente nessas regiões onde se vêem, hoje, grandes extensões de terras não ocupadas.

A esperança é a de que todos os que foram expulsos daquelas terras, e se transformaram em bóias-frias, possam voltar, desde que haja uma revisão realística da lei. Haveria, então, no atual hábitat dos bois, uma grande produção. Uma mistura de agricultura moderna, mecanizada, com aquela agricultura mais antiga, de subsistência, indispensável, de qualquer forma, ao momento do País. Toda uma mão-de-obra que está sendo utilizada, por exemplo, na cultura da cana, voltaria ao seu antigo ofício. Voltar a morar na propriedade — em vez de rodar pelas estradas, como bóias-frias — é um sonho do antigo colono.

### **Tanger os bois**

Há um número incrível de casas desocupadas dentro de fazendas, sítios, chácaras. À espera das famílias bóias-frias. Morando no sítio a renda familiar desses trabalhadores rurais ambulantes naturalmente aumentaria, inclusive com a ajuda das mulheres e filhos. E tudo isso com terra abundante, asfalto à porta, luz elétrica. O boi seria levado para uma região ideal: a fronteira agrícola, porque o boi é ocupação. Manter o boi em regiões que possuem toda uma infra-estrutura moderna, com a necessidade de manutenção da mão-de-obra que o País possui, é política absurda, e até suicida. Além do mais, a terra necessita de práticas agrícolas que mantenham a sua qualidade.

São muitos os argumentos em favor de uma revisão da legislação do trabalhador do campo. Ema revisão criaria, também, uma nova geração de empresários agrícolas, gente que deteria um imenso potencial produtivo e, com tempo iria deixando a condição de meeiro para a de pequeno proprietário, como, aliás, acontecia antigamente. E tudo isso significa progresso, riqueza (inclusive lucro para os três níveis de governo), diversificação, futuro. O empresário familiar é um homem de iniciativa, mas ele precisa estar em contato permanente com a terra, fazer o seu próprio horário de trabalho. Um bóia-fria jamais terá condições de se transformar num pequeno proprietário.

Se você voar sobre o Estado de São Paulo, contemplará seis milhões e 530 mil hectares de terras ociosas, nas regiões de Araçatuba, Bauru, Presidente Prudente, parte de São José do Rio Preto e parte da região de Marília. Seis milhões de terras ótimas, com asfalto à porta, luz elétrica — uma sofisticada “fronteira” agrícola que precisa ser urgentemente ocupada.

Os que defendem todas essas teses insistem que o Brasil precisa de respostas urgentes em termos de produção de alimentos para o mercado interno. Do mesmo modo que precisa de dólares para exportar. O Brasil teria de harmonizar uma “agricultura de produção em massa”, com uma “agricultura de produção das massas”. “Produção em massa” é aquela agricultura que utiliza equipamentos ultramodernos, investimento que será bem pago na exportação. A “agricultura de massa” é a de subsistência, é aquela que o Brasil come no dia-a-dia e importa. Em vez de importar, teríamos opção da produção de massas. É lógico que além da produção de subsistência haveria um excedente, e esse excedente teria condições de ser carreado ao mercado interno. Então, se reunirmos a massa de família que temos na cidade de São Paulo, em Campinas, em outras cidades maiores, e lhe oferecermos condições de voltar à sua origem, recuperar as terras ociosas, as casas vazias, teremos um quadro bem mais otimista para o nosso próprio país. Onde todos sairiam ganhando. Inclusive o governo.

### **Educar o homem**

Como? Primeiro, condição básica, a revisão do Estatuto do Trabalhador Rural, depois a aplicação do Estatuto da Terra, ou seja, o imposto progressivo sobre os proprietários de terras ociosas. A legislação trabalhista, em vez de proteger o trabalhador rural, lançou-o na miséria do próprio campo ou do grande centro urbano.

Mas, para voltar à terra, o homem do campo precisaria de um importante complemento: um tipo de educação voltado à formação de mão-de-obra profissionalizante. O Senai e o Senac são

consideradas instituições avançadas, até em termos mundiais, mas o Senar — Serviço Nacional de Aprendizagem Rural — não existe, na prática. O País preocupou-se mais com o trator do que com o tratorista; mais com o defensivo agrícola do que com o aplicador defensivo. Como se as pessoas não existisse no processo de desenvolvimento econômico, no campo. E os favelados das grandes cidades possuem um potencial de aprendizagem mais voltado para a atividade agrícola do que para a atividade urbana. Se houvesse um incentivo à escolaridade agrícola, a sociedade teria condições de respeitar essa mão-de-obra, e de incorporá-la à produção eficiente no campo, porque a agricultura não se faz só com máquinas. O fazendeiro, hoje em dia, pensa duas vezes antes de comprar um trator, um investimento de mais de Cr\$ 10 milhões que acaba sendo entregue a um peão.

O sonho comum dos que defendem todas essas idéias é o de tomar um avião e ver lá embaixo, no Estado de São Paulo, uma paisagem cheia de verdes e pessoas.

**(Página 18)**